

CULTURA ESCRITA, PÚBLICO LEITOR E CENSURA NO IMPÉRIO ROMANO

Márcia Santos Lemos

Professora Doutora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

E-mail: marcia.lemos@oi.com.br

Palavras-chave: Império Romano. Cultura escrita. Censura.

Ecléa Bosi (1998, p. 56) afirma que o “instrumento decisivamente socializador da memória é a linguagem.” Le Goff (2003, p. 470) defende que a memória coletiva, sobretudo quando escrita, constitui-se num instrumento de poder, num meio de dominar a tradição, de selecionar o que deve ser recordado. Para Halbwachs (2006, p. 101), o registro escrito da memória coletiva só é necessário quando há o risco de desaparecer por não haver mais um grupo que a conserve, que se identifique com ela. Pois bem, esses teóricos dão à linguagem finalidades distintas, mas nenhum desconsidera a relação que existe entre linguagem e memória.

Analisar a força da escrita como uma das várias formas de linguagem para preservar a memória de um grupo e divulgá-la, para selecionar e fixar valores que balizam a relação desse grupo com o poder implica uma reflexão sobre a difusão da cultura escrita na sociedade em estudo. Neste caso, é preciso inquirir sobre a formação do público leitor, o processo de produção e circulação do texto escrito e as estratégias de controle no Império Romano.

Conforme Marrou (1971, p. 362-370), a finalidade da antiga educação romana era inculcar nos indivíduos o respeito ao costume ancestral, o *mos maiorum*, “um conjunto de valores morais rígidos que determinava o estilo de vida da aristocracia”. A realização desse objetivo dependia em grande parte da atuação da família. Durante os primeiros anos de vida, a criança era orientada pela mãe e, quando ela não podia desempenhar essa função, recorria-se a uma substituta, capaz de educar com severidade e rigor. Após os sete anos, as meninas continuavam sob a tutela feminina para dominar as prendas domésticas, e os meninos passavam para a responsabilidade paterna. Daí por diante, acompanhavam o pai em todas as suas atividades. Aos dezesseis anos, a educação familiar estava concluída, e o jovem, numa cerimônia solene, passava a vestir a toga viril. Antes de se engajar no serviço militar, durante um ano, dedicava-se ao “aprendizado da vida pública” (*tirocinium fori*), que era orientado por

um nobre, amigo da família, prestigiado no âmbito político. Mesmo após o ingresso nas atividades militares, continuava seguindo o modelo de um aristocrata com experiência política, seu pai, ou um patrono. Esse tipo de formação foi reproduzido durante muito tempo pela *nobilitas* romana. Objetivava-se a instrução moral e o preparo para a vida prática. O aspecto intelectual não era prioritário e só começou a ganhar espaço pela influência grega.

O modelo grego de educação foi adotado pela elite senatorial romana, em especial a partir do século II a.C., quando a Grécia foi conquistada. A contratação de preceptores para instruir as crianças tornou-se uma prática corrente, e muitos jovens romanos completavam seus estudos na Grécia. As escolas romanas transpuseram para a sua estrutura o sistema grego com seus programas e métodos:

Em Roma, pois, como em país de língua grega, há três graus sucessivos de ensino, aos quais correspondem, normalmente, três tipos de escolas confiadas a três mestres especializados: aos sete anos, a criança entra na escola primária, donde sai por volta dos onze ou doze para a do *grammaticus*; na idade em que recebe a toga viril, aos quinze anos às vezes, passa para o retórico: os estudos superiores duram normalmente até cerca dos vinte anos, embora possam estender-se além (MARROU, 1971, p. 412).

A instrução primária consistia em aprender a ler e a escrever. O ensino secundário era voltado para o “estudo teórico da língua e a explicação dos autores clássicos”; neste nível era possível, dependendo da vocação ou interesse, estudar matemática, geometria ou música. Ao ensino superior, cabia a tarefa de preparar o indivíduo para o domínio da retórica. Nas escolas romanas, os alunos exercitavam a prática da tradução do grego para o latim, e vice-versa. Com o desenvolvimento da literatura latina, era hábito confrontar Cícero a Demóstenes, Homero a Virgílio (MARROU, 1971, p. 395-396; 411-446).

Mesmo sendo o latim o idioma oficial do Império Romano, os atos administrativos e os editos referentes às províncias orientais eram, muitas vezes, traduzidos para o grego. Entre as populações que falavam essa língua, não havia empenho em aprender o latim, à exceção dos membros das elites provinciais, interessados na concessão de honrarias ou em cargos administrativos. Já a partir do século III d.C., é possível verificar o crescimento do interesse dos jovens e das famílias de origem oriental pelo latim, especialmente pelo Direito, atraídos pelas carreiras burocráticas. O grego recuou na zona de influência do latim, mas não deixou de fazer parte dos programas escolares romanos ou de ser um sinal de erudição no meio aristocrático (MARROU, 1971, p. 398-407).

Quanto à realização do ensino completo, este só era possível nas maiores cidades do Império, pois nelas se concentravam os “grandes mestres” e as escolas de referência. Já as escolas elementares encontravam-se mais difundidas, favorecendo o acesso a uma parcela mais significativa da população. Contudo, a educação básica tinha limitações. Boa parte da população que vivia no Império Romano habitava no campo ou em regiões que em termos geográficos ou econômicos ficavam à margem do sistema escolar; era comum crianças trabalharem ao lado dos pais que, na maioria das vezes, não eram alfabetizados; o material tinha um custo que muitas pessoas não podiam arcar; inexistia uma “política pública” para a “educação”, no geral, resumia-se a esforços individuais fomentados pela prática do *evergetismo*. Para Cascajero (1993, p. 107-111), “não houve, nem poderia ter havido, processo de alfabetização generalizado visto que condicionantes de caráter demográfico, econômico, social, tecnológico, político e ideológico o obstaculizaram e, exceto para uns poucos privilegiados pertencentes a alguns centros urbanos, o impediram”. Logo, o acesso aos três níveis da educação romana, no geral, implicava ter recursos financeiros para custear os estudos e, quando necessário, propiciar o deslocamento para os grandes centros. Ou seja, este era um privilégio das categorias sociais mais elevadas ou de indivíduos que tinham um patrono para financiar seus estudos (BLÁZQUEZ, 2001, p. 621-622).

A manutenção do sistema escolar romano durante a República ficava sob o encargo de particulares. Marrou (1971, p. 460-462) assevera que a partir do Império, especialmente da época de Vespasiano, algumas práticas foram implementadas, entre elas, a concessão de imunidade fiscal ao corpo docente e, em alguns casos, a remuneração dos mestres pelo Estado. Porém, havia restrições: os docentes do ensino primário e técnico e os professores de Direito que não viviam em Roma estavam excluídos das isenções; quanto aos gramáticos e retóricos, apenas um determinado número deles era admitido em cada cidade.

Vespasiano também criou duas cátedras oficiais, uma de retórica latina e outra de grego, que eram subvencionadas pelo Estado, mas restringiam-se a Roma. Tal prática foi ampliada por Marco Aurélio, que estabeleceu em Atenas uma cátedra de retórica e quatro de filosofia. Trajano fundou instituições que eram mantidas com tributos públicos e visavam assegurar a educação a certo número de crianças e jovens “legítimos e naturais”. Os estudantes oriundos das províncias que buscavam completar seus estudos em Roma passaram a receber isenção fiscal, desde que cumprissem uma série de regras estabelecidas sob o governo de Valentiniano, em 370. O limite de idade para permanecer como discente na capital também estava previsto (MARROU, 1971, p. 462-464).

Ainda assim, afirma Clarke (1987, p. 277) que não é possível falar de um sistema educacional organizado e financiado pelo Estado durante o Império. As iniciativas dos soberanos podem ser qualificadas mais como evergetismo do que como uma política para garantir o funcionamento de um serviço público. O interesse do Estado em formar pessoal habilitado para as funções administrativas ajudou a difundir esse incipiente sistema escolar pelas várias cidades do Império. No século IV d.C., as escolas eram mantidas com certa regularidade pelo orçamento municipal. Mas, o ensino privado continuava sendo uma prática corrente. O zelo do Estado, conforme Marrou (1971, p. 467-476), pode ser explicado pela conjuntura do período que fez da escola o espaço para manutenção e transmissão das tradições clássicas e o ambiente que formava quadros para servir à burocracia. Tendo em vista esse panorama sobre a “instrução formal” no Império Romano, é importante considerar como as obras eram postas em circulação e qual era o público interessado.

De acordo com Kleberg (1995, p. 65-69), desde o final da República romana já havia uma atividade editorial e comercial significativa. O percurso de um livro na antiga Roma, de sua elaboração até a divulgação por livreiros, salvo as exceções, era longo: após a conclusão do texto, de modo geral, o autor fazia uma leitura para um círculo de amigos e depois para um público maior. As indicações surgidas nessas oportunidades eram agregadas, ou não, à forma definitiva da obra e, dependendo da receptividade dos ouvintes durante a recitação, partia-se para a segunda etapa, ou seja, para a produção de algumas cópias e divulgação entre os interessados.

A terceira etapa consistia em buscar o patrocínio de um “rico benfeitor” para assumir as despesas da publicação, que poderia ser viabilizada de duas formas: o autor se encarregava pessoalmente de confeccionar os manuscritos, ou usava o serviço dos copistas. O ritmo de produção das cópias dependia do número de exemplares para servir como matriz e da quantidade de copistas qualificados que trabalhavam na confecção dos manuscritos. Havia outra técnica que aumentava a produção, mas diminuía a qualidade dos manuscritos em função dos erros: o texto era ditado para ser grafado por estenógrafos. Independente de o texto ser copiado de “ouvido” ou de um manuscrito original, os erros eram comuns, por isso entrava em cena a figura do corretor, que revisava todos os exemplares. Nessa etapa, o autor não mais corrigia seu texto, a não ser para atender um pedido em particular ou para presentear alguém. Essa era uma tarefa para o editor. Os exemplares cotejados com um bom manuscrito recebiam uma marca que os diferenciava das “cópias vulgares” (KLEBERG, 1995, p. 69-73).

Depois de copiado e revisado, o livro estava pronto para ser comercializado. Esta era uma tarefa do editor, que, na maioria das vezes, também exercia a função de livreiro, a

exemplo dos irmãos Sósios, editores de Horácio, e Doro, que, segundo Sêneca, comercializou a obra *História romana* de Tito Lívio. Quanto ao número de exemplares que eram produzidos e colocados à venda, Kleberg (1995, p. 76-77; 94) afirma que poderia chegar a mil cópias, a depender do interesse que a obra suscitasse.

O prestígio do editor e o reconhecimento público de sua erudição e dignidade garantiam ao autor a qualidade das cópias, além de conferir um valor mais elevado aos exemplares. Pronta, a obra passava das mãos do editor para as do livreiro (quando eram pessoas diferentes). Em Roma existia um grande número de livrarias desde o século I a.C., que eram espaços tanto para vender as publicações, antigas e contemporâneas, como para discutir questões literárias. Esses estabelecimentos estavam dispersos por vários bairros da cidade, mas concentravam-se onde havia um intenso comércio. No século II d.C., uma boa variedade de obras – gregas e latinas – poderia ser adquirida em diversas partes do Império e, conforme os estudos de Kleberg (1995, p. 82-83), nos séculos IV e V d.C., os escritos dos “padres da Igreja” também eram copiados e difundidos entre os cristãos. Há notícias de uma ampla circulação de obras, como a biografia de Martinho de Tours, de Sulpício Severo, e os textos de Jerônimo.

Segundo Cavallo (1995, p. 139-144), o autor cristão quando concluía uma obra a confiava a um amigo, que era autorizado a preparar cópias e disponibilizá-las para o público; era hábito difundir primeiro entre os mais próximos e os admiradores, uma prática corrente de Sulpício Severo e de Jerônimo. No século IV d.C., os *scriptoria cristianos* atendiam uma demanda crescente, oriunda da conversão de membros da elite, e as bibliotecas episcopais, assim como as pagãs, passaram a ter uma oficina encarregada de produzir cópias para uso interno.

Um aspecto que favoreceu o comércio de livros no Império Romano foi a criação das bibliotecas públicas. Por volta do século IV d.C., elas estavam difundidas em boa parte do território – Roma, Gália, localidades da Itália, províncias do Ocidente e da África, além do mundo helenístico. Essas bibliotecas eram fundadas com incentivos dos imperadores ou por meio de donativos particulares; nas maiores e mais importantes, as cópias eram feitas com recursos próprios. Sobre as coleções particulares, há na literatura romana várias críticas aos homens que compravam livros pela aparência, e não para a instrução. Era uma reprovação ao comportamento dos “homens novos”, que ascendiam economicamente, ocupavam cargos de prestígio, mas não tinham uma formação erudita (KLEBERG, 1995, p. 78-86). Segundo Canfora (2003), eles buscavam reproduzir um padrão que conferia dignidade e prestígio: “Sêneca escarnece das casas dos ricos, cheias de livros nunca lidos. A biblioteca é ornamento

obrigatório, como a sala de banhos ou as termas: os livros fazem boa figura na sala de jantar” (CANFORA, 2003, p. 45).

Para colocar um livro à venda, era preciso ter recursos que garantissem o financiamento da publicação. Quando o autor não dispunha desses recursos, de modo geral, dependia de um mecenas, que poderia ser o imperador ou um “rico senhor”. Nesta situação, a liberdade para escolher o tema, a qualidade das cópias, a distribuição dos exemplares poderiam fugir ao seu controle e ficarem submetidas aos interesses do patrocinador. Outro modo de garantir subsídios para publicar uma obra literária era dedicá-la a quem tinha condições de arcar com as despesas (KLEBERG, 1995, p. 89).

Quando o autor superava todos os entraves e conseguia publicar e colocar em circulação sua obra, havia ainda um obstáculo, a censura. Tanto na Atenas do século V a.C quanto ao longo da história do Império Romano há registros sobre escritos queimados publicamente, livros proibidos, autores exilados ou condenados à morte:

O sucessor de Augusto, Tibério, intervém cada vez mais para castigar escritores que o irritavam e faz queimar seus livros. O velho historiador Aulo Cremúcio Cordo foi acusado no ano 25 d.C. por uma afirmação em um de seus trabalhos que tinha publicado já havia muitos anos. Seus livros foram queimados. Todos os exemplares que se encontravam em Roma tiveram que ser destruídos pelos edis; as autoridades de outros lugares receberam a mesma ordem. Proibiu-se ler e possuir os livros objetos da acusação. Em casos mais graves, considerados delitos de lesa-majestade, aplicava-se a pena capital. Do imperador Domiciano, nossas fontes testemunham várias medidas desta natureza. Ele ordenou que se matasse Aruleno Rústico e Herênio Senécio por terem escrito biografias elogiosas de dois firmes opositores seus (KLEBERG, 1995, p. 96-97).

Para Canfora (2003, p. 43-75), a tensão entre os livros e o poder está registrada na história da humanidade, que é “rica em fogueiras” e proscricções, como nestes casos: a biblioteca hebraica foi destruída durante a revolta dos Macabeus em 168 a.C; Cícero e Varrão no século I a.C. foram proscritos e tiveram suas bibliotecas destruídas; Ovídio também foi exilado e seus livros banidos das bibliotecas públicas de Roma; séculos depois, Giordano Bruno foi queimado vivo, e punições severas foram estabelecidas para quem ousasse comercializar suas obras.

As bibliotecas públicas foram utilizadas em Roma como instrumento para controlar e censurar o acesso aos livros:

Jérôme Carcopino notou, muito a propósito, que o incentivo às bibliotecas públicas por parte de Augusto deve ter tido, entre outras coisas, uma

finalidade de censura. Carcopino parte do episódio registrado por Suetônio na *Vida de Domiciano*: um livro de História de Hermógenes de Tarso, pelas alusões que continha (ou parecia conter), foi julgado sedicioso. O autor foi executado e os copistas crucificados. Augusto não teria chegado a esse ponto. Incentivou as bibliotecas e supervisionou-lhes a gestão. Suetônio ainda chegou a ler uma carta sua, “breve e peremptória”, endereçada ao “seu” bibliotecário, Pompeu Macro, na qual o príncipe proibia o acesso do público (*publicare*) aos escritos juvenis de César. Compreendera que a exclusão de uma obra das prateleiras das bibliotecas significaria, no máximo, sua morte. Naturalmente, nem mesmo ele evitava, em casos extremos, providências mais brutais (CANFORA, 2003, p. 74).

As obras banidas das bibliotecas encontravam refúgio no âmbito privado, onde eram conservadas, conforme explicita Tácito ao comentar o caso do senador Cremúcio Cordo:

Quanto a seus livros, deliberaram os senadores que fossem queimados pelos edis. Entretanto, eles sobreviveram ocultos e passaram de mão em mão [*sed manserunt occultati et editi*]. Por isso, é lícito zombar da tolice dos que acreditam, com o poder de que dispõem hoje, serem capazes de sufocar até mesmo a lembrança nas gerações futuras. Ao contrário, sucede que o talento perseguido adquire maior autoridade [*punitis ingeniis gliscit auctoritas*] (TÁCITO, Anais, IV, 35, 5).

Os estudos de Gil Fernández (2007, p. 121-122) também indicam que a censura ocorreu com certa regularidade em Roma, “desde a República havia um controle da produção literária por parte do Estado.” Este controle oscilou durante a história do Império, pois nunca existiu uma lei de “imprensa” ou um órgão específico para cumprir a tarefa de regular e fiscalizar a produção escrita. Todavia, segundo o autor, “não faltaram contra determinados livros medidas drásticas que proibiram sua circulação e posse, condenando-lhes à fogueira.” De modo geral, esta censura ocorria com textos que vinculavam ideias associadas ao crime de lesa-majestade e a práticas mágicas consideradas ilícitas.

Enfim, não bastava possuir sagacidade intelectual para produzir um texto escrito e garantir a sua publicação, era preciso superar diversos limites para conseguir colocá-lo em circulação. Era necessário ter recurso financeiro, influência em uma rede de relações para divulgar o livro (condição importante entre os pagãos), conseguir um editor, de preferência com prestígio, e não ferir a suscetibilidade de nenhum “poderoso”.

Quanto ao preço dos livros, não é possível fazer um cálculo preciso para uma época tão distante, mas é viável, por meio de indícios, verificar que o valor oscilava de acordo com determinadas variáveis: o material usado para fazer as cópias, o prestígio do editor, a qualidade da edição, a presença de ilustrações, o tamanho, a capa, a fama e o reconhecimento

do autor, o luxo do exemplar, uma cópia corrigida com base no manuscrito original. Ou seja, os preços eram definidos por um conjunto de elementos (KLEBERG, 1995, p. 90-92).

O público que possuía recursos para investir em livros sempre foi pequeno no Império Romano, mas ampliou-se a partir da divulgação do códice, que se firmou como um instrumento eficaz para portar a palavra escrita entre os séculos IV e V d.C., em função das vantagens que ele oferecia:

permitia encontrar mais rapidamente uma passagem, algo que não era secundário em literaturas de “referência” como a das Escrituras (e, na realidade, os primeiros a difundir o códice no mundo greco-romano foram os cristãos), mas também a jurídica, pilares uma e outra da formação tardo-antiga; sua forma mais manejável se adaptava melhor à leitura, ao transporte durante a viagem, ao uso escolar; e inclusive sua capacidade, muito maior que a do rolo, permitia, por um lado, a economia de material de escritório e, por outro, respondia às exigências de seleção ou sistematização não apenas dos textos escriturísticos ou jurídicos, mas também do patrimônio literário antigo em uma época já exausta, que tendia mais a conservar a herança recebida do que a criar uma produção literária nova (CAVALLO, 1995, p. 111).

Para Cavallo (1995), a difusão da alfabetização nos primeiros séculos do Império Romano e a possibilidade de ascensão na carreira administrativa, especialmente com Diocleciano, influenciaram a divulgação do códice. Este formato de livro, pelas características citadas, foi adotado para publicar conteúdos escolares, narrativas mais simples, obras técnicas, textos instrumentais. O códice reproduzia uma literatura destinada ao “leitor médio”, ou seja, aquele que sabia ler, mas não era um erudito. Em função do público que o códice alcançava e das vantagens que oferecia em relação ao rolo, logo foi escolhido pelo cristianismo como o meio preferencial para divulgar seus textos escritos. A afirmação do códice indica a existência de um público leitor diferente do da elite aristocrática:

O novo público, mais numeroso, exigia o códice, que assim se tornava independente gradualmente em sua manufatura e função, adquirindo a mesma dignidade que o rolo: de fato, os *novi homines*, laicos ou eclesiásticos, tentavam imitar as antigas classes elevadas, as quais continuavam possuindo atrativo e suscitando emulação; e, por outro lado, as mesmas pessoas que tradicionalmente encomendavam os livros, os leitores do rolo, se adequaram, por sua vez, ao tipo de produção que estava se convertendo em padrão (CAVALLO, 1995, p. 114).

Entre os séculos IV e V d.C., estavam disponíveis obras no formato de rolo ou códice, escritas em pergaminho ou papiro, luxuosas ou simples, iluminadas ou não, com conteúdos

variados e tamanhos diversos. O acesso aos livros poderia ocorrer por meio da compra ou de consulta ao acervo de uma biblioteca, pública ou privada. Ainda era possível consegui-los emprestado com os mestres de retórica ou providenciar uma cópia, entre os amigos, e mandar fazer uma reprodução – atitude típica de famílias aristocráticas que podiam pagar um escriba (CAVALLO, 1995, p. 116).

Conclui-se que dentro das fronteiras do Império Romano (do Ocidente ao Oriente), havia leitores oriundos de distintas categorias sociais e com interesses diversos. Ainda assim, não se pode dizer que o livro fazia parte do cotidiano da maioria da população. Era um objeto comprado, em geral, por pessoas que recebiam uma instrução escolar acima do ensino primário, com interesses literários ou técnicos. O ensino, especialmente o de gramática e retórica, fazia parte da realidade de uma parcela restrita da população, mas que fora ampliada no século IV d.C. O público leitor que tinha recursos financeiros para comprar um livro já não era mais tão homogêneo e fácil de ser identificado quanto o do final da República.

Para Auerbach (1969, p. 232), a literatura, apesar de ser mantida pela elite aristocrática, ultrapassou os círculos cultos e chegou ao “povo” graças ao contato que havia entre os grupos sociais. Os agregados que viviam na órbita das famílias tradicionais e abastadas, como alguns escravos que exerciam funções de corretores, secretários, bibliotecários, acabavam fazendo parte do público leitor culto.

Apesar da ampliação do número de leitores, da difusão de um formato de livro mais acessível, das variadas possibilidades de entrar em contato com uma obra, ainda é preciso considerar que, no Império Romano dos séculos IV e V d.C, o sistema escolar, mesmo o primário, não estava disponível em todo o território. A produção literária era redigida em grego ou latim, o que gerava dificuldades para aqueles que desconheciam essas línguas, o comércio de livros estava concentrado nas maiores cidades assim como as bibliotecas e a condição econômica definia em grande medida em quais meios as obras iriam circular.

À luz do debate até aqui apresentado, reafirma-se que a cultura escrita foi um meio eficaz para preservar e difundir valores morais e concepções políticas dos grupos sociais que a dominavam ou que estavam vinculados a uma elite letrada, a exemplo do episcopado cristão e da aristocracia senatorial. Todavia, não há como desconsiderar os limites definidos pelo acesso restrito ao sistema escolar, pelo complexo processo de edição e divulgação do texto escrito e pelos mecanismos de controle instituídos no antigo Império Romano – queima e proibição de livros; proscrição e pena capital imposta a autores; construção e destruição de bibliotecas.

Referências

AUERBACH, E. *Lenguaje literario y público en la baja latinidad y en la Edad Media*. Barcelona: Seix Barral, 1969.

BLÁZQUEZ, J. La academia de Atenas como foco de formación humanística para paganos y cristianos. Los casos de Juliano, Basilio y Gregorio Nacianceno. *Gerión*, Madrid, n. 19, p. 595-628, 2001.

BOSI, E. *Memória e sociedade. Lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CANFORA, L. *Livro e liberdade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CASCAJERO, J. Escritura, oralidad e ideología: hacia una reubicación de las fuentes escritas para la Historia Antigua. *Gerión*, Madrid, n. 11, 1993.

CAVALLO, G. (Dir.). *Libros, editores y público en el mundo antiguo. Guía histórica y crítica*. Lisboa: Alianza, 1995.

CLARKE, M. L. Educación e oratoria. In: BALDSON, J. P. V. D. (Org.). *Los romanos*. Tradução de Cecilio Sánchez Gil. Madrid: Editorial Gredos, 1987.

GIL FERNÁNDEZ, L. *Censura en el mundo antiguo*. Madrid: Alianza editorial, 2007.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

KLEBERG, T. Comercio librario y actividad editorial en el Mundo Antiguo. In: CAVALLO, G. (Dir.). *Libros, editores y público en el mundo antiguo. Guía histórica y crítica*. Lisboa: Alianza, 1995.

LE GOFF, J. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

MARROU, H.-I. *História da educação na Antiguidade*. São Paulo: E.P.U., 1971.

TACITE. *Annales*. Paris: Les Belles Lettres, 1990.

TÁCITO, Cornelio. *Anales*. Traducción y notas de J. L. Moralejo. Rev. L. Rubio Fernández. Livros XI-XVI. Madrid: Gredos, 1996. Texto em latim. Disponível em: <<http://www.thelatinlibrary.com/index.html>>.